

A Pesquisa na Graduação e o Papel da Educação Superior

A Investigación en la Graduación y el Papel de la Educación Superior

Soraia Kfouri Salerno^a; Hélio Suguimoto^b; Fátima Aparecida da Silva Dias^{*c}; Dayane Verginia Batista Bessa^c; Isis Kfouri Silva^c; Samira Kfouri^c; Pedro Gomes^c

^aUniversidade Estadual de Londrina. PR, Brasil.

^bAnhanguera Unopar. PR, Brasil.

^cAnhanguera Unopar. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. PR, Brasil

^{*}Universidade Estadual do Paraná. PR, Brasil

Resumo

Estudo sobre a pesquisa na graduação como princípio formativo para Educação Superior. A universidade como lócus do conhecimento tem na pesquisa uma atividade preponderante de forma indissociável com ensino e extensão. A Instituição de Educação Superior expressa suas intenções em planejamento de gestão institucional para o desenvolvimento de suas atividades no alcance de seus fins. Objetivamos analisar o papel da pesquisa na graduação como porta de entrada da universidade considerando sua história no Brasil e os modelos de universidade. Como procedimento metodológico optamos por uma abordagem qualitativa histórico e crítica, assim situamos o marco legal e conceitual, levantamos o histórico da universidade em torno do debate sobre sua função e localizamos duplicidades de expressões no marco legal. Apresentamos uma análise propositiva em aberto que expressa uma política institucional pela promoção de um ambiente de pesquisa, num processo formativo integrado. Uma política que integre a estrutura organizacional a serviço dos diferentes âmbitos da universidade favorece o ambiente de pesquisa para a graduação, com vistas a superar o modelo napoleônico que restringe a pesquisa a pós-graduação.

Palavras-Chave: Pesquisa. Graduação. Universidade. Educação Superior.

Abstract

Study on undergraduate research as a formative principle for Higher Education. The university as the locus of knowledge has a predominant activity in research inseparably with teaching and extension. The Higher Education Institution expresses its intentions in institutional management planning for the development of its activities in the achievement of its purposes. We aim to analyze the role of undergraduate research as a gateway to the university considering its history in Brazil and the university models. As a methodological procedure, we opted for a qualitative historical and critical approach. Thus, we placed the legal and conceptual framework, raised the university's history around the debate about its function and found duplicates of expressions in the legal framework. We present an open propositional analysis that expresses an institutional policy for the promotion of a research environment, in an integrated training process. A policy that integrates the organizational structure at the service of the different spheres of the university favors the research environment for undergraduate courses, with a view to overcoming the napoleonic model that restricts research to graduate studies.

Keywords: Research. Undergraduate education. University. Higher education.

1 Introdução

A terceira década do século XXI, inicia marcada por um quadro de incertezas na sociedade mundial em meio a uma crise generalizada. No entanto, crise não é uma condição nova na humanidade, mas o que testemunhamos caracteriza-se como um cenário sem precedentes, afetando diversos setores da sociedade devido a uma crise sanitária de caráter pandêmico provocando o caos de efeito planetário.

A crise com sofrimentos humanitários, tem hospedado diversos interesses de poder acarretando uma selvagem guerra de informações que tornam a leitura desse contexto e seus desdobramentos, pelos meios de comunicação, polarizada e nebulosa.

A ciência tem sido aclamada como o álibi para tomada

de decisões por extremos, pois respalda-se, ainda, no cientificamente comprovado como sinônimo de verdade para fundamentar a tomada de decisões. O enaltecimento da ciência por parte de posições antagônicas, não tem respaldo ao nos deparamos com as contenções a fomentos destinados a pesquisa no Brasil. A universidade tem sofrido com a descapitalização promovida ao longo dos governos e mesmo diante deste contexto, não se vislumbra a valorização e reconhecimento de seu espaço.

A universidade, lócus do conhecimento, pesquisa e difusão da produção encontra-se com baixo estímulo e fomento, no entanto ainda subsiste em meio a precarização do trabalho. Várias áreas do conhecimento para além da saúde, se desdobram e socializam produções e serviços para apoio a

população.

Assim, propomos discutir a pesquisa em seu celeiro - a universidade -, e em sua porta de entrada - a graduação -, pois entendemos que a universidade como o espaço do conhecimento, se fortalece com o desenvolvimento institucional para um ambiente formativo propício a pesquisa em todas as etapas de formação.

Sua identidade em planejamento de gestão institucional, requer a clareza da pesquisa em sua indissociabilidade com o ensino e extensão como preconiza a Constituição Federal (CF) no Artigo 207 para o alcance de suas finalidades.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Optamos por uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa caracteriza-se pelo levantamento de referenciais teóricos pertinentes ao tema e identificam o movimento histórico e crítico pelo desvelamento do real. O marco legal que regulamentou o campo da Educação Superior foi analisado para identificar nomenclaturas e demarcações do campo. A pesquisa bibliográfica qualitativa, para Silva e Menezes (2005), tem um caráter dinâmico onde mundo e sujeito se relacionam indissociavelmente interpretando fenômenos, atribuindo sentido e construindo proposições.

Dados do campo da Educação Superior, como marco legal e conceitual foram identificados para contextualizar a análise. Assim, levantamos o histórico da universidade em torno do debate sobre sua função. A universidade brasileira surge tardiamente no Brasil, século XX, enquanto nossos vizinhos já tinham a experiência desde o século XVI.

Proseguimos, localizando o campo da Educação Superior no marco legal e expomos duplicidades de expressões, que tem ocasionados confusões nos desdobramentos, influenciando no debate sobre a função da universidade.

Discutimos a transição paradigmática, em curso, da ciência moderna a ciência pós moderna emergente. Estamos diante de um desafio de ultrapassar racionalidade asséptica de produzir ciência ao conhecimento situado pelas marcas humanas do espaço e tempo.

Finalizamos com uma análise propositiva em aberto que expressa uma política institucional pela promoção de um ambiente de pesquisa, num processo formativo integrado. Uma política que integre a estrutura organizacional a serviço dos diferentes âmbitos da universidade favorece o ambiente de pesquisa para a graduação, com vistas a superar o modelo napoleônico que restringe a pesquisa a pós-graduação e em busca da materialidade do princípio constitucional de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

2.2 A Universidade no Brasil

A universidade surge tardiamente no Brasil, num momento em que diversos países latino-americanos de colonização espanhola, já possuíam de longa data, suas universidades até

mesmo por estímulo de seu colonizador. Dentre os países latino-americanos, a mais antiga universidade é a Universidade de São Domingos (atualmente República Dominicana) criada em 1538, na sequência Peru em 1551, México em 1553, Havana em 1728, Argentina em 1821, Bogotá em 1662, Cuzco em 1692 e outros. O Brasil conquistaria suas primeiras universidades somente no início do século XX.

Diferentemente da Espanha, que instalou universidade em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (Cunha, 2000, p. 152).

Fora dos colégios jesuítas, foi negada a criação de universidade pelo temor de movimentos independentistas, o Brasil então conviveu com o impedimento da Metrópole e também com o desinteresse de parte de brasileiros que não viam justificativas para tal, já que se podia procurar nas universidades europeias a sua realização (Favero, 2006). D. Pedro II, resistiu a universidade até sua última fala no trono, quando afinal propôs, mesmo relutante, a criação de duas universidades, uma para o norte e outra para o sul do Brasil, no entanto não obteve êxito (Teixeira, 1968).

A experiência de cursos isolados com a vinda de D. João VI, século XIX, não seria suficiente para o impulsionar deste nível educacional, pois seu caráter profissionalizante e especializada atendia aos interesses da elite portuguesa aqui instalada.

As universidades criadas no início do século XX, identificadas por Cunha (2000), como efêmeras, não subsistiram ao tempo por regras restritivas e a interesses políticos. Neste contexto o movimento em prol de universidades se desloca do Governo Federal para os Estados, são criadas as primeiras universidades, a Universidade de Manaus em 1909, a de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912, por uma curta existência.

Oficialmente a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro criada em 7 de setembro 1920, no governo do presidente Epitácio Pessoa, o qual considerou ‘oportuno’ conforme previsto no artigo 6º do Decreto nº 11.530 de 1915: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Poli-técnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (Favero, 2006, p. 21).

O pioneirismo se deu envolto em polemias, não só pelo ajuntamento de cursos sem integração entre eles, como pela conveniência diplomática que outorga o título de *Doctor honoris causa* ao Rei Alberto da Bélgica, que visita o Brasil por ocasião do primeiro centenário da Independência (Morhy, 2003).

Em 7 de setembro de 1927, pelo mesmo modelo é criada

a Universidade de Minas Gerais. As décadas de 1910 e 1920, por motivações diversas, caracterizaram-se como fenômenos sociais que oportunizaram o debate e a tomada de consciência da sociedade sobre o tema.

Quando da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, Francisco Campos o primeiro titular, no processo de elaboração de reformas, dentre elas o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto-lei nº 19.851/31 e a organização da Universidade do Rio de Janeiro, Decreto-lei nº 19.852/31, ao referir-se às finalidades da universidade, defende o não reducionismo a função didática, pois “[...] sua finalidade transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada” (Campos, 1931 *apud* Favero, 2006, p. 24).

Assim, a Universidade de São Paulo reclama para si a primogenitura, pois considerada como o primeiro projeto de concepção universitária no país criado em 1934, por meio de um Decreto Estadual nº 6.283/34, projeto paulista para a formação de elites. O caráter fragmentado e profissionalizante das instituições brasileiras, vinha sofrendo críticas, pelos intelectuais da época, chamados de profissionais da educação que integram a Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924, se torna um instrumento de mobilização e difusão de ideias. Fernando de Azevedo um expoente desse contexto é apresentado por Paula:

Em 1926, Fernando de Azevedo, um dos principais idealizadores da USP, defendia a idéia de integração da instituição universitária, com ultrapassagem da mera formação especializada e profissional, através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Ele denunciava a insuficiência das escolas profissionais, meras transmissoras de um saber não superior porque estritamente especializado e comprometido com aplicações imediatas (PAULA, 2009, p.74).

Fernando de Azevedo, junto a outros intelectuais, marca significativamente as décadas seguintes, como o Manifesto dos Profissionais da Educação em 1932.

Em momento de efervescência política, que em meio a gestões autoritárias desde o nascimento das primeiras universidades brasileiras, tem-se o status propício ao contexto em que o movimento estudantil se organiza, culminando com as manifestações significativas ocorridas no período militar.

Um Grupo de Trabalho (GT) é formado, instituído pelo governo militar para estudar a crise da universidade e fazer a proposição de uma reforma universitária, exposta à sociedade a partir do movimento estudantil. Conforme apontado por Favero (2006), apesar dos limites que o GT atribuiu às suas funções, Florestan Fernandes traz observações sobre o seu conteúdo:

[...] contém de longe, o melhor diagnóstico que o governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem (Fernandes, 1974 *apud* Favero, 2006, p. 33).

A marca forte em contexto contraditório, com a Reforma Universitária Lei nº 5.540 de 1968, traz a definição das

atividades-fim da universidade, o binômio ensino e pesquisa como indissociáveis, diante da baixa tradição em pesquisa. Com a referida Lei, a pesquisa é o primeiro objetivo, indicado logo no artigo 1º: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação dos profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1968, Art. 1º).

Num caráter de proposta desenvolvimentista, na conjugação de duas demandas, por um lado estudantes e professores, por mais vaga, autonomia universitária, fim da cátedra e verba para desenvolvimento de pesquisa; de outro lado grupos ligados ao interesse de mercado, pela formação de mão de obra técnica especializada.

O texto da Lei acata a demanda do movimento estudantil, no entanto, dentre outras coisas, o estímulo à pesquisa, mas a reduz a pós graduação, reforçando a concepção de universidade pelo modelo napoleônico, de formação dos quadros profissionais pela graduação restringindo a pesquisa a pós-graduação, no qual a ciência se sujeita a interesse de desempenho do Estado, pelo controle do financiamento. A pós graduação no Brasil toma corpo a partir do Parecer no 977 CES/CFE, de 3/12/1965, pelo Parecer Newton Sucupira e da Reforma Universitária de 1968. No entanto, desde 1951, com a criação da CAPES, a necessidade e o interesse pela formação já existiam, com grande contribuição de Anísio Teixeira.

A revogação da Lei 5.540, ocorre com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996, a qual traz nos incisos do artigo 43 o rol de finalidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, Art. 43 grifos nosso)

A pesquisa perde o destaque como objetivo da Lei 5.540/1968 e, com a atual LDB, se dilui ao longo dos incisos,

como atividades-meio no desenvolvimento da formação, com expressões, como estímulo ao desenvolvimento do espírito científico, incentivo ao trabalho de pesquisa, promoção a pesquisa científica, expressões verbais que indicam conceitos subjetivos de alcance pela motivação diferindo-se da objetividade da Lei anterior, como visto acima, na qual o objetivo é a pesquisa.

Da objetividade a ambiguidade, a pesquisa é marca desse nível educacional. A CF, no artigo 207 traz a inspiração do modelo alemão, ao preconizar autonomia e indissociabilidade das atividades da universidade. No entanto, com a LDB em seus desdobramentos, aproxima a universidade do modelo napoleônico reforçando mais uma vez o distanciamento a produção desimpedida de interesses mercantis. O que temos é uma mescla do modelo napoleônico com o modelo anglo saxônico ou de mercado.

Sobre os modelos de universidade, de forma geral, Saviani define:

A origem desses modelos se assenta nos elementos básicos constitutivos das universidades contemporâneas: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna à instituição. Esses elementos nunca aparecem de forma isolada. Conforme prevaleça um ou outro, tem-se um diferente modelo institucional. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano (GENOVESI, 1986 *apud* SAVIANI, 2004, p. 47).

Os modelos de universidade, são representados pelo modelo napoleônico ou francês com a prevalência da profissionalização, o modelo de mercado ou anglo-saxônico pela regulação de mercado e o modelo prussiano ou alemão pela ênfase na integração ensino e pesquisa (PAULA, 2009). Na materialidade a expressão dos modelos não é pura, pois tem-se a leitura dos que vivenciam, quer pela regulação, pela experiência profissional ou pelo usufruto.

Na história da Universidade brasileira, desde o surgimento oficial das primeiras instituições de estudos superiores, tem-se tomado corpo um conjunto dessas instituições, que de acordo com as determinadas épocas por que passaram “são lutas diferentes, de pessoas e grupos diferentes que, em momentos diferentes, buscaram instituições diferentes que de comum só tinham o nome de universidade” (CUNHA, 2000, p. 17).

A criação das primeiras universidades e seus percursos contraditórios, tem o debate aberto e enriquecido na atualidade pelo sentido de seu papel. Urge em nossos dias, fomentar a discussão para buscar coerência e sentido a sua função social.

2.3 Universidade, Educação Superior e Ensino Superior

A Constituição Federal, usa a terminologia ‘universidade’ para se referir a instituição de educação superior, preconizando a autonomia e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

A LDB, no artigo 52, identifica a universidade como instituições pluridisciplinares de formação profissional de

nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano, que deve possuir características próprias, conforme exigências descritas nos incisos do mesmo artigo.

Enquanto a CF usa o termo universidade, a LDB indica que podem existir instituições não universitárias, as quais não gozariam de autonomia, flexibilizando a exigência de pesquisa para estas, indicando a possibilidade de instituições de ‘segunda classe’. No artigo 48, parágrafo 2º indica que podem existir instituições não universitárias, Saviani (2004, p. 63), aponta que “[...] são instituições com prerrogativas de universidade; logo, universidades, mas sem pesquisa”. Instituições de oferta de cursos superiores, sem as exigências preconizadas pela CF e as regulações do Estado.

Chamamos a atenção, também, para o emprego de diferentes terminologias que se faz uso, como ‘Ensino Superior’ e ‘Educação Superior’.

Quanto a esses termos, presenciamos uma confusão gerada a partir de duplicidade no texto da LDB. Conforme artigo 21, o texto apresenta os dois níveis de educação no Brasil: Educação Básica e Educação Superior. Nos artigos 16 e 17 em seus respectivos incisos II, os trechos abordam sobre a instituição de educação superior e seus sistemas, expressam o termo Educação Superior:

II – as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; (BRASIL, 1996, artigo 16).

II – as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; (BRASIL, 1996, Artigo 17).

O artigo 43 abre o capítulo IV, apresentando as finalidades do nível e no artigo 44 é apresentado a abrangência da Educação Superior. No entanto, como uma *colcha de retalhos*, expressões diferentes aparecem se referindo ao mesmo dado. Os desdobramentos ao longo do texto, evidenciam uma duplicidade de termos no texto legal, fato que induz a confusões em desdobramentos por documentos normativos expedidos por órgãos oficiais, em pesquisas disseminadas e em documentos institucionais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei 10.861/2004, o legislador utiliza o termo Educação Superior, destacando a dimensão formativa e educativa inerente a função deste nível que não se reduz ao ensino na avaliação de cursos superiores. Observa-se o caráter abrangente do termo educação para a construção da cidadania e da consciência democrática.

As opções pela duplicidade, mesmo em fontes e documentos oficiais, podem ocorrer, talvez, por algumas possibilidades: descuido textual por relatores de órgãos oficiais que utilizam duplicidade de expressões; como herança do marco legal anterior quando o termo usado, então, é Ensino Superior; ou mesmo de forma intencional por resistência ao conceito ampliado, se opta pelo foco no ensino.

Ao enfatizarmos a importância da pesquisa para a Universidade, optamos pelo uso da expressão Educação Superior – conceito ampliado – para o campo e instituições, não apenas para atendimento ao marco legal, mas pela

dimensão conceitual e política que este campo comporta.

2.4 A Universidade e a Ciência

A trajetória histórica de debates sobre a universidade, traz defesas pelo reconhecimento do sentido da instituição de educação superior distinta de uma mera profissionalização.

Anísio Teixeira, em sua célebre fala na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal em 1935, “A Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo”. Também, indaga sobre qual a função da universidade:

A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades (Teixeira, 1962, p.182).

Anísio Teixeira, expõe a função da universidade, distinta da mera difusão do conhecimento e da profissionalização, identifica-a como o *locus* de investigação e produção do conhecimento pelo exercício da liberdade, situa a universidade na sociedade:

[...] a Universidade, como instituição de cultura, deverá estar na encruzilhada do presente. Ela não se constitui para isolar da vida e torná-la a mestra da experiência. Seus problemas serão os problemas de hoje, examinados à luz da sabedoria do passado. A serviço do presente e do futuro, a Universidade não deseja, entretanto, constranger o porvir dentro de fórmulas apriorísticas ou predeterminadas (TEIXEIRA, 1962, p. 185).

A encruzilhada em que nos encontramos, num mundo essencialmente complexo, urge o cumprimento dos fins que cabe ao campo da Educação Superior.

Conforme indicado dentre os incisos do artigo 43, já citados, retomamos o inciso III, sobre o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, pelo atendimento do homem e do meio. Ressaltamos o trabalho de pesquisa no desenvolvimento da ciência e tecnologia por um processo formativo.

A busca por conhecimento e suas realizações tem raízes no existir do homem e sua natureza coletiva. O que se constitui a pretensa busca pela totalidade do saber e ao mesmo tempo o abismo entre os saberes, o que faz do percurso um vir a ser constante.

A ciência moderna, ao ingressar numa nova era (ou nasceu como preferem alguns) no século XVII (CHIBENI, s/d), se constituiu a partir de pensadores como Francis Bacon (1561-1626). Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1643-1727), entre outros.

Experiências pioneiras sobre o ‘método científico’ foram conduzidas por Bacon, dando sequência e aperfeiçoadas pelos que se seguiram. De forma simplificada, tem-se alguns

elementos: observação e investigação com base na experiência matematizada, a observação deve ser neutra sem qualquer antecipação, a investigação pelo método indutivo.

Com Descartes, pelo pensamento cartesiano, tem-se uma nova racionalidade, a busca pela verdade calcada na autoridade do método. Ao juntar o método a razão fundou-se o terreno da racionalidade científica fortalecida pelo legado filosófico do positivismo. Essa racionalidade nega a subjetividade do pesquisador, reduz a realidade a dados objetivos e fragmentados. Esses elementos encontram-se presentes no paradigma científico atual.

Para Morin (2000), a objetividade é sempre impura, assim não é possível a separação do sujeito individual ou coletivo do objeto de análise, do seu tempo e espaço.

O conhecimento é sempre situado e a racionalidade não é asséptica, possui marcas humanas histórico-temporais. A ciência é produção humana em busca de verdades e realizações, conhecimento validado pela sua localização sócio histórica que se investiga, delinea, constrói, reformula e desconstrói para refazer-se num processo dinâmico da vida humana e societária.

Os conceitos de ciência, como modelo de ciência e de padrão de verdade, são construções históricas e em embates de concepções com predominância hegemônica.

Assim na atualidade comportam conquistas, embates e fragilidades. Por tanto, produzir, fazer ciência, revelar, desvelar e disseminar a complexidade da vida, representa a alta responsabilidade social que a universidade possui em seus processos formativos com e pelo pluralismo de concepções, princípio preconizado pelo marco legal e reivindicada pelos profissionais pesquisadores.

Identificamos três problemas a partir do papel social da universidade, a) permanência/preponderância de modelo hegemônico de ciência; b) a concepção de universidade influenciado pelo modelo napoleônico; e c) a estrutura da universidade sem identidade para valorização da pesquisa na graduação.

Para Boaventura (2002b), vivemos um momento de transição paradigmática, do paradigma da modernidade ao paradigma pós moderno. O paradigma hegemônico da modernidade, ainda predominante no conhecimento se respalda em visões dominantes, envolvendo interpretação do mundo por teorias encapsuladas, categorias, metodologias desenvolvidas para lidar com sociedades desenvolvidas economicamente.

Boaventura (2002b), aponta que o paradigma da modernidade possui dois pilares, o emancipatório e o da regulação que surgem a partir dos séculos XVI e XVII. A partir da modernidade ocidental emergiu numa tensão entre os pilares no século XIX com o avanço do capitalismo tem-se o colapso do paradigma com a absorção do pilar da emancipação pelo da regulação, sobressaindo a racionalidade de mercado pelo conhecimento cognitivo-instrumental.

Atualmente assistimos a racionalidade dominante com a hipermercadorização e a hipermercadorização, o conhecimento submetido ao atendimento e performance econômica. Também a presença de teorias totalizadoras que demarcam territórios pela polarização de posições.

Com o choque dos pilares da modernidade tem-se uma transição duradoura para a constituição de um novo paradigma, em processo de construção pela exploração de categorias pouco privilegiadas pela racionalidade dominante. Produzir conhecimento científico numa teoria crítica, implica reconhecer a subjetividade no processo de pesquisa, diferentes determinantes, pontos de vistas, considerando o impacto da produção no âmbito natural e social, o reconhecimento do outro e para o bem do outro.

Em tempos de transição, diante de situações difíceis de entender e percorrer, “precisamos voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade” (BOAVENTURA, 2002a, p. 6).

Boaventura, lembra as perguntas feitas por Rousseau no século XVIII e que ainda precisamos fazer:

[...] há alguma relação entre ciência e virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente de nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Perguntas simples que Rousseau responde, de modo igualmente simples, com um redondo não (BOAVENTURA, 2002a, p. 7).

Estamos num terreno fértil para propor o acesso a saberes elaborados, num processo de alcances e rupturas e produzir o novo. A pesquisa precisa ser reconstruída num ambiente institucional que prepara jovens e adultos a calçar os pés na trilha pelo acesso e construção, numa formação que não se fecha em teorias encapsuladas, mas que reconhece os alcances do passado para compreender a epistemologia do conhecimento, seu contexto, racionalidade e estrutura dos saberes, dialogando com pensadores situados no tempo.

O modelo napoleônico de universidade, que restringe a pesquisa à pós-graduação, reduz a graduação à profissionalização, fato que não precisaria de uma universidade, como já apontado por Teixeira, pois escolas singelas já o fazem e bem. Embora existam experiências importantes, são ainda localizadas, mas podem servir de inspiração para a institucionalidade desse processo.

A instituição numa visão sistêmica, pode se estruturar para construir o ambiente de pesquisa, preparando profissionais e estudantes a uma prática reflexiva em seu tempo. Como análise propositiva em aberto, apresentamos estratégias para o ambiente de pesquisa na instituição.

2.5 Ambiente Formativo de Pesquisa

Observamos que a estrutura organizacional da maioria das universidades brasileiras, tem-se os órgãos complementares à administração geral para o desenvolvimento da missão institucional.

A pesquisa tem integrado órgãos que atendem a pós-graduação *stricto sensu*, a exemplo de pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação (ProPPG), ou diretorias de pesquisa e pós-graduação (DirPPG). A extensão geralmente se apresenta como uma pró-reitoria ou diretoria específica. Já a pesquisa, predominantemente, ao órgão complementar com a pós-graduação.

Identificamos alguns exemplos que em sua estrutura organizacional não reduzem a pesquisa a pós-graduação são universidades como: USP, Unicamp e Federais que apresentam pró-reitorias específicas de pesquisa, como ProPesq. Não levantamos dados sobre a materialidade destas, no sentido de conduzir a pesquisa como elemento estruturante da universidade e não de setores específicos evidenciando um destaque e não reducionismo à pós-graduação.

Como análise propositiva em aberto, expomos uma estrutura e estratégias para a promoção da pesquisa na graduação. Como vimos historicamente a pesquisa tem se limitado a pós-graduação *stricto sensu*, distanciando a universidade como um todo de atividades inerentes ao seu papel.

No entanto, não podemos cair no romantismo ao considerar que o graduando se revista, no tempo de um curso, de perfil de um pesquisador. Característica essa que se constrói pela vivência intensa de formação, investigação, problematização, percursos metodológicos e aprofundamentos para alcances de objetivos pretendidos nas diversas ciências construindo ideias, invenções, descobertas, produzindo técnicas e outros que possam transformar a sociedade, pelo desempenho, pelo alívio, pelo bem estar da humanidade.

Propomos uma identidade universitária integradora, em atendimento ao seu papel. A construção de um ambiente institucional propício a experiências formativas que favoreçam ao estudante condições para a aproximação, percepção, imersão ao ambiente universitário pela participação em processos de pesquisa com os profissionais e estudantes em seus estudos e projetos, conduzindo a elaboração de interesses específicos de pesquisa.

Geralmente se atribui responsabilidades a um âmbito institucional, o que reduz as possibilidades para a promoção do ambiente de pesquisa. Setores específicos e ou profissionais específicos, não dão conta do cumprimento do papel da instituição.

É importante que a motivação da instituição seja fruto de seu processo constante de auto avaliação oportunizada por uma estratégia institucional para a integração de seus processos formativos.

Desde o final do século XX, com os Exames Nacionais

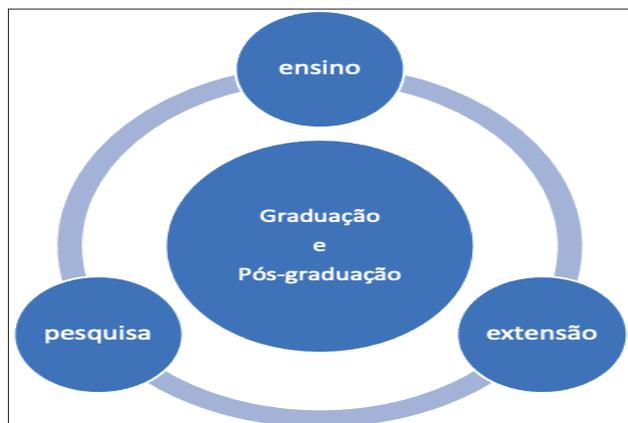
de Curso (ENC) e atualmente o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que integra um conjunto de instrumentos de avaliação da Educação Superior, a universidade passa pela regulação externa a partir de instrumentos com indicadores que revelam a política da instituição, seu desempenho, estrutura, condições e recursos dos cursos, atuação do corpo docente entre outros.

Os indicadores da avaliação externa revelam elementos sobre a atividade de pesquisa, na qual, segundo o glossário do instrumento, a atividade de pesquisa refere-se a atividades que se desenvolvem na graduação e pós-graduação¹. Esses elementos contribuem com a auto avaliação da instituição.

Apresentamos as figuras (Figura 1 e 2), buscando a expressão de uma estrutura dos eixos do trabalho na universidade por uma visão sistêmica para a promoção de um ambiente formativo para a pesquisa na graduação.

A Figura 1, representa os eixos do trabalho na universidade de forma integrada e indissociável com os pilares ensino, pesquisa e extensão, bem como as etapas de oferta, graduação e pós-graduação:

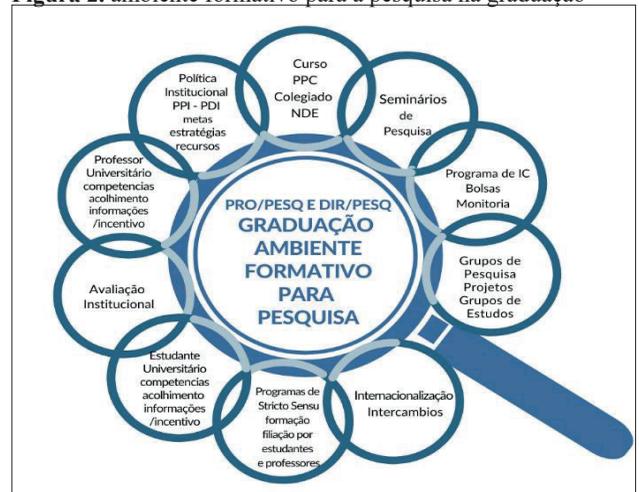
Figura 1. eixos do trabalho na universidade.



Fonte: os autores

A Figura 2, expressa o ambiente formativo, com ações para a pesquisa:

Figura 2. ambiente formativo para a pesquisa na graduação



Fonte: os autores

Com vistas à promoção de uma identidade que favoreça o ambiente de pesquisa num processo formativo, elencamos, no Quadro 1, o que entendemos como ações que podem contribuir com uma política institucional integrada:

Quadro 1 – Ações que podem contribuir com uma política institucional integrada

Política Institucional	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento do princípio institucional para mobilização do ambiente de pesquisa ▪ Formalização e projeção em planejamentos institucionais (PPI e PDI), com objetivos, metas e estratégias em seus diferentes âmbitos de forma integrada para a promoção da pesquisa na graduação num processo formativo com dirigentes, professores e estudantes. ▪ Descrição da estrutura organizacional com eixos definidos para ensino, pesquisa e extensão, a partir de órgãos complementares específicos, seus objetivos, estratégias, condições claras para a valorização de ações que favoreçam o ambiente formativo para a pesquisa – considerando que os três eixos estão presentes na graduação e pós-graduação (deveriam estar). ▪ Avaliação Institucional que contemple os alcances e os desafios a serem superados no ambiente de pesquisa, em seus setores e níveis, correlacionados a avaliação externa ▪ Linhas estratégicas de pesquisa que abarquem/acolham as diferentes áreas do conhecimento. ▪ Projetos estratégicos Institucionais de ensino/pesquisa baseado na vocação e identidade da instituição. ▪ Estímulo e Credenciamentos de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq e reconhecidos pela instituição que atendam a função de hospedagem a projetos e ações mobilizadoras dos grupos de pesquisa. <ul style="list-style-type: none"> ○ Fomento ao Programa de Iniciação Científica, publicização de critérios claros com apoio e assessoria aos professores. ○ Promoção de política de formação continuada e em serviço aos professores da graduação com vistas ao ambiente formativo para a pesquisa. ○ Carga horária a professores para o desenvolvimento de projetos de pesquisa com graduandos. 	

¹ SINAES/DAES - instrumento de avaliação: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

Programas de Stricto Sensu

- Promoção de eventos para ação formativa e integradora à graduação (professores e estudantes), com vistas ao ambiente de pesquisa.
 - Filiação a projetos de pesquisa de professores da graduação.
 - Filiação a projetos de Iniciação Científica de estudantes.
- Oferta de cursos de formação e instrumentalização para a pesquisa aos profissionais da graduação.
- Oferta de cursos de formação em pesquisa para alunos de Iniciação Científica.

Projeto de Curso (PPC), Colegiado e NDE

- O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) – identificação do âmbito da pesquisa e sua correlação com o ensino e extensão.
- Recepção e acolhimento aos novos profissionais sobre a instituição, seus espaços presenciais e online de consulta, investigação e aprofundamento.
- Experiências e estratégias já desenvolvidas pelos professores.
- Recursos e programas de pesquisa disponíveis na instituição.
- Recepção e acolhimento aos novos estudantes com informações sobre o curso no contexto da universidade, seus espaços presenciais e online de consulta, recursos, possibilidades de investigação e aprofundamento.
 - detalhamento do PPC – elementos gerais.
 - detalhamento do contexto acadêmico e suas finalidades.
 - papel da pesquisa na graduação – projetos existentes.
 - a relação ensino, pesquisa e extensão.
 - monitorias e iniciação científica
- Avaliação Institucional do Curso – questões que contemplem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.
- Seminários de Pesquisa – socialização de projetos, desenvolvimento e resultado (professores e estudantes).
- Instrumento de divulgação do Curso (jornal, Instagram, podcast e outros) de eventos, projetos desenvolvidos, participantes do curso.

Atitude Docente

- Grupos de Pesquisa, Projetos de Pesquisa-Ensino-Extensão.
- Grupos de Estudo em desenvolvimento.
- Sala de aula – presencial e ou plataforma online – ressaltar sua pesquisa e correlação ao conteúdo ministrado.
- Destacar atitude do profissional pesquisador – prática reflexiva e acolhimento.
- Metodologias dinâmicas e interativas – mediação pedagógica para auto regulação e autônoma.
 - Socialização e valorização de projetos desenvolvidos com professores e estudantes.

Atitude Discente

- Acesso à política institucional para conhecer o papel do curso no contexto universitário
- Acesso e conhecimento do PPC para clareza do perfil do curso no contexto da universidade.
- Socialização e valorização de projetos desenvolvidos com a participação de estudantes.
- Possibilidade para apresentar interesse de estudos junto a professores.
- Interesses por bolsa de estudo.
- Desenvolvimento autônomo e com competência específicas no processo de aprendizagem do adulto, por resolução de problemas e superação de desafios profissionais, pela investigação, aprofundamentos e prática reflexiva.

Fonte: os autores

O elenco de ações acima, não se limitam mas sugerem ações, em relação a destaques e possibilidades de políticas institucionais que podem viabilizar uma política institucional, dinâmica, integradora e participativa seja pela expressão de uma estrutura dos eixos do trabalho na universidade ou por uma visão sistêmica para a promoção de um ambiente formativo para a pesquisa na graduação, conforme já situado acima.

3 Considerações Finais

A universidade no Brasil surge tardiamente e em torno de intensos debates sobre sua função. Chegamos na terceira década do século XXI com desafio, a materialidade do princípio constitucional de indissociabilidade.

Apresentamos uma análise propositiva em aberto para contemplar a pesquisa na graduação, com vistas a superar uma visão do curso superior somente como ensino. Entendendo que o processo formativo para a pesquisa qualifica a atuação de futuros profissionais com capacidade reflexiva e competência de solução de problemas para o mundo do trabalho e suas relações sociais.

Propomos uma identidade universitária integradora, em atendimento ao seu papel. Um ambiente de pesquisa para a graduação como política institucional expresso nos planos de gestão da universidade que propicie experiências formativas para a aprendizagem autônoma no contexto universitário.

A universidade encontra-se diante de dilemas sociais, institucionais e de regulação externa, assim consideramos inadiável construir sentido ao campo da Educação Superior, tarefa complexa, mas imprescindível, devendo ser entendido como um processo em permanente construção.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Metodologia de ensino na universidade brasileira: elementos de uma trajetória. In: CASTANHO, Sergio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs). *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papirus, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968*. Dispõe sobre a Reforma Universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*, Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no *Diário Oficial*. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 10.861 de 14 de abril de 2004*. Dispõe sobre o SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHIBENI, Silvio Seno. *O que é ciência?* Dpto de Filosofia/Unicamp, s/d, acesso em: 20 jan de 2021. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e a Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FÁRIA FILHO, L. M.; VEIGA,

- C. G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar*. UFPR, Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- MORHY, Lauro (Org.). *Universidade em questão*. Brasília: EdUnB, 2003.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.
- PAULA, Maria de Fátima. *A formação universitária no Brasil: concepções e influências*. *Revista Avaliação (Campinas)* [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 71-84. ISSN 1414-4077. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100005>. Acesso em: 10 de jan. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 13. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. V. 1. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002b.
- SAVIANI, Dermeval. *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. *Póiesis Pedagógica*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, v.8, n.2 ago/dez. 2010, p.4-17.
- SAVIANI, Dermeval. *A questão da reforma universitária*. *Revista Educação & Linguagem: Programa de Pós-Graduação em Educação*, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), ano 7, n.10, jul-dez 2004, p. 42-67.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4.ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.
- TEIXEIRA, Anísio. *Uma perspectiva da educação superior no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- TEIXEIRA, Anísio. *Notas para a história da educação*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/notas2.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.